



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA CONCEPÇÃO MARXIANA E NA TRADIÇÃO MARXISTA

Ademir Vilaronga Rios Junior

avriosjunior@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco

Brasil

RESUMO

Neste ensaio discorreremos sobre as categorias *Estado e Sociedade Civil* na perspectiva marxiana e marxista, perpassando nossos estudos pelo debate clássico e contemporâneo para entendermos a construção teórico-metodológica sobre essas categorias. Temos como objetivo compreender os principais elementos dessa reflexão em Marx, Engels, Lenin e Gramsci. O caminho teórico-metodológico adotado para chegar a esse trabalho, de cunho qualitativo, foi a revisão da literatura que trata sobre a discussão de interesse deste texto, buscando referências bibliográficas, tanto das fontes diretas, quanto de interpretes contemporâneos. Essa discussão das categorias abordadas segue por diferentes desdobramentos, perpassando distintas correntes teórico-metodológicas: de Maquiavel aos contratualistas e liberais, de Hegel às discussões histórico-críticas, pela via materialista de Marx e seus seguidores. Sendo essa última corrente que aprofundaremos no decorrer do texto, através dos textos de Marx, Engels, Lenin e Gramsci. Na tradição marxista, ao longo do século XIX e XX, ao contrapor as ideias já consolidadas no mundo burguês, avançou no entendimento do lugar do Estado e da sociedade civil. Destacam a importância da sociedade civil nas relações sociais de produção e reprodução, e na construção do Estado, não como submisso a ele, ou seja, como produtor e não como produto; que coloca a sociedade civil no momento ativo e positivo do desenvolvimento da história. Ao mesmo tempo em que buscam entender o Estado, no período concorrencial e imperialista do capital, identificando os elementos que determinam as novas relações dentro da sociedade moderna, relacionada à formação econômica e social. Destarte, a análise buscou identificar os elementos que determinaram sua constituição na sociedade moderna, capitalista. Destacam-se nesses autores a importância de superação da condição de dominação de uma classe sobre a outra, e do papel da revolução na superação do *status quo*. Sendo a revolução uma necessidade para alcançar uma nova sociedade, humanamente emancipada. Por fim, esses autores não trazem um modelo pronto, único, para ser implementado em cada momento histórico, mas nos mostram através dos elementos crítico-dialéticos direções a ser seguida pela classe trabalhadora, classe que esses teóricos colocam como sujeito histórico capaz de alcançar uma sociedade sem exploração.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

In this essay we will discuss the categories of State and Civil Society from the Marxian and Marxist perspective, passing through our studies through the classical and contemporary debate to understand the theoretical-methodological construction of these categories. We aim to understand the main elements of this reflection in Marx, Engels, Lenin and Gramsci. The theoretical-methodological approach adopted to reach this qualitative work was the literature review that deals with the discussion of interest in this text, searching for bibliographical references, both direct sources and contemporary interpreters. This discussion of the categories covered follows different unfolding, passing through different theoretical-methodological currents: from Machiavelli to contractualists and liberals, from Hegel to historical-critical discussions, by the materialist way of Marx and his followers. Being this last current we will deepen in the course of the text, through the texts of Marx, Engels, Lenin and Gramsci. In the Marxist tradition, throughout the nineteenth and twentieth centuries, in contrasting ideas already consolidated in the bourgeois world, advanced in understanding the place of the state and civil society. They emphasize the importance of civil society in the social relations of production and reproduction, and in the construction of the state, not as submissive to it, that is, as a producer and not as a product; which places civil society in the active and positive moment of the development of history. At the same time, they seek to understand the state in the competitive and imperialist period of capital, identifying the elements that determine the new relations within modern society, related to economic and social formation. Hence, the analysis sought to identify the elements that determined its constitution in modern, capitalist society. These authors emphasize the importance of overcoming the condition of domination of one class over the other, and of the role of the revolution in overcoming the status quo. Revolution being a necessity to reach a new society, humanly emancipated. Finally, these authors do not bring a ready, unique model to be implemented in each historical moment, but they show us through the critical-dialectical elements directions to be followed by the working class, a class that these theorists place as a historical subject capable of achieving a company without holding.

Palabras clave

Estado, Sociedade Civil, Marxista.

Keywords

State, Civil Society, Marxian.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introducción

Neste texto discorreremos sobre as categorias *Estado e Sociedade Civil*, tendo como embasamento a análise marxiana e os autores que compõem a tradição marxista. Caminharemos ao longo do texto buscando compreender os principais elementos que Marx e Engels forneceram para reflexão sobre essas categorias e questões ampliadas pelos autores Lenin e Gramsci, que tiveram na base marxiana fundamentos para refletir sobre essas categorias.

Não parte dessa corrente teórica as primeiras análises sobre a temática. Por certo, a discussão sobre essas categorias já é possível ser identificada na filosofia grega, no que diz respeito à organização da sociedade, suas formas de governo e a relação dele com o povo. Contudo, é a partir dos Séculos XV e XVI, quando os Estados modernos começam se constituírem (a exemplo da França e da Inglaterra), que as discussões são retomadas a partir dessa nova realidade histórica. Momento em que a razão passa a ser um instrumento para novas reflexões, ao tempo em que se rompe parcialmente com a tradição judaico-cristã, da influência e a dependência clerical, surgindo os Estados absolutos, como um poder independente de outra autoridade (em relação à influência religiosa).

O Estado moderno assume uma nova função nessa etapa da civilização. Para Luciano Gruppi (1986), dois elementos distinguem esse momento do Estado moderno, em contraste com o passado: a plena soberania e a distinção entre Estado e sociedade civil, que se evidenciam no Século XVII, com a ascensão da burguesia. No Estado moderno – burguês – estabelece-se uma nova relação social em que ele, a religião, a propriedade privada e a sociedade (civil) passam a ocupar lugares distintos e até conflitantes. Os avanços da revolução burguesa tornaram esses elementos essenciais para a consolidação dessa classe. Logo tornam-se dominantes e passam a exercer o poder sobre as outras classes.

Essa discussão das categorias abordadas segue por diferentes desdobramentos, perpassando distintas correntes teórico-metodológicas: de Maquiavel aos contratualistas e liberais, de Hegel às discussões histórico-críticas, pela via materialista de Marx e seus seguidores. Sendo essa última



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

corrente que aprofundaremos no decorrer do texto, através dos textos de Marx, Engels, Lenin e Gramsci.

A categoria sociedade civil passou por um período de “esquecimento” do debate teórico, inclusive em relação aos pensadores marxistas. Para Acanda (2006), no marxismo o termo foi recepcionado de forma complexa e contraditória, e esquecido pelos marxistas ortodoxos, ao mesmo tempo em que foi tido como uma noção não marxista. Outro fator identificado por Acanda (2006) é que o termo não constava em nenhum dicionário ou manual de Filosofia da antiga União Soviética. Desta forma, negaram o conceito, já que foi utilizado por Marx apenas em 1843-1844, deixando de ter sentido em sua fase materialista da história.

Segundo Coutinho (1994), o Engels tardio já empreendia um processo de “ampliação” da teoria do Estado, seguido pelos avanços da teoria do Estado em Rosa Luxemburgo e dos austromaxistas. No entanto, foi em Gramsci que demarcou o ponto de inflexão no desenvolvimento da teoria marxista do Estado e da revolução.

Assim, somente com o fim dos embasamentos institucionais dogmáticos e a queda da União Soviética, a reflexão sobre a categoria emerge das profundidades e volta a ser debatida segundo a perspectiva dialética histórico-crítica. Todavia, o debate retornou, segundo Acanda (2006), por meio de uma “aceitação envergonhada”, buscando eliminar aquilo que se afastava das raízes do pensamento crítico de Marx e de Engels.

Por fim, este estudo buscará contribuir com a pesquisa acadêmica sobre as categorias sociedade civil e Estado, trazendo os principais elementos contributivos e ampliados dos autores analisados, embora não tenhamos a pretensão esgotar tal discussão, ou mesmo substituir boas análises que já se encontram no âmbito da literatura sobre essa temática.

II. Marco teórico/marco conceptual

O pensamento marxiano sobre a concepção de sociedade civil e de Estado buscou identificar os elementos que determinaram sua constituição na sociedade moderna, capitalista. Em suas produções teóricas, Marx e Engels foram fundamentando as concepções para o entendimento do papel do Estado na sociedade e a necessidade da revolução.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Marx dá um passo fundante nesse debate ao fazer a crítica ao pensamento hegeliano sobre a filosofia do direito e sua concepção de sociedade civil e de Estado – pensamento em que o Estado é entendido como a “ideia real”, o Espírito, que se divide em duas esferas ideais, a família e a sociedade civil; além de vê-lo como a máxima da universalidade.

Karl Marx (1818-1983) ao pensar a sociedade burguesa e sua dinâmica, além da alternativa da sua superação, se contrapõe à teoria hegeliana analisando-a a partir de outro viés, destacando o papel da sociedade civil nas relações sociais da modernidade e sua importância, não como submissa, mas como um espaço dialético em que se constitui o Estado. Para Marx, “Família e sociedade civil são os pressupostos do Estado; elas são os elementos propriamente ativos” (2010, p.30).

O lugar que Marx põe a sociedade em relação ao Estado contribui para o entendimento de que no processo das relações sociais não há um momento universal pronto e acabado, e que o Estado não poderá ser esse momento desejado, pois é constituído pelas bases que compõem a sociedade, será reflexo da sociedade, e não um desejo ideal, ele é historicamente constituído.

Em Marx, a sociedade civil é a base econômica, a esfera da produção da vida material e onde se fundamenta o Estado, como resultado das relações econômicas de produção. O Estado não é a representação e o resultado do interesse universal, ele representa o interesse de uma classe – a dominante. No debate perpassado no manuscrito *A ideologia Alemã* (1846), Marx e Engels já afirmavam que o Estado cumpria a função de fazer valer os interesses dos indivíduos de uma classe dominante (Marx; Engels, 2007). No *Manifesto Comunista*, o Estado é caracterizado como “[...] um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa.” (Marx; Engels, 2002).

Como é perceptível, Marx, ou mesmo Engels, ao fazer suas análises sobre a sociedade capitalista, teve uma incisiva análise sobre o lugar ocupado pelo Estado nessa nova formação social, colocando-o em especial na condição de função coercitiva. Conforme assinala Ernest Mandel: “A função repressiva de impor a vontade da classe dominante por meio da coerção [...] foi a dimensão do Estado mais intimamente examinada pelo marxismo clássico.” (1985, p. 334). No entanto, conforme o autor, acima citado, não seria possível a dominação de classe apenas pela coerção, era preciso a sua função integradora. Sendo assim, além de criar as condições gerais de produção, reprimir quaisquer ameaças das classes dominante, o Estado teve a sua função integradora.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Marx critica a concepção alienada da esfera política, pois o Estado tem sua gênese nas relações concretas. A alienação política existente entre o privado e o público (divisão da vida real em *bourgeois* – indivíduo concreto; e *citoyen* – o homem abstrato da esfera pública.) (Marx, 2009) e a separação entre o social e o político é necessária à estruturação desse Estado universal - burguês - e que, supostamente, atende a toda as suas particularidades. Essa alienação, de um lado, desconstrói a figura do sujeito social na política, e de outro, garante a preservação dos fundamentos do Estado moderno burguês: a liberdade, a propriedade privada, a posse dos meios de produção e a alienação da classe trabalhadora.

Marx avança ao mergulhar na sua análise a partir da economia política e busca identificar os fundamentos da divisão da sociedade civil em interesses particulares e reciprocamente antagônicos. Para ele, a constituição dessa esfera particularista é causa e efeito da divisão da sociedade em classes antagônicas: burgueses e proletários. O Estado, em nome de um suposto interesse geral, contribui para a despolitização da sociedade civil, apropriando-se de toda as decisões ao que é comum e passa a gerir os negócios comuns de uma classe dominante, enquanto oprime as outras (Coutinho, 1994).

A sociedade civil moderna ao se estruturar nos fundamentos da burguesia, na luta contra o absolutismo, resulta na dominação de uma classe sobre a outra. Nessa direção, o Estado burguês passa a desempenhar os interesses de uma classe, a garantir a sua estabilidade e o controle político, já que ele é subordinado à sociedade civil. (Marx, 2010).

Nessa compreensão de que a sociedade civil é resultado das relações de produção dominante e que precede o Estado, Marx e Engels esboçam suas ideias sobre a revolução e a luta da classe trabalhadora, que para acontecer seria necessário conquistar o poder por meio da conquista do Estado, fundamental para garanti-lo nas mãos dos trabalhadores para, posteriormente, superá-lo, porquanto o Estado só existe na concepção marxiana para preservar a ordem e a dominação de uma classe sobre a outra, reproduzindo as contradições existentes na sociedade burguesa.

Por isso, a sua conquista será necessário para que ocorra a sua superação, o seu fim, e o estabelecimento de um novo momento histórico, sem Estado, sem exploração e com uma nova classe assumindo a direção. E para que venha ocorrer esse momento é necessário caminhar pensando na *emancipação política* que é “[...] a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, a



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

indivíduo *egoísta independente*; por outro, a *cidadão*, a pessoa moral.” (Marx, 2009, p. 71, grifos do autor).

Friedrich Engels (1820-1895) segue avançando em relação à função do Estado, não apenas como simplesmente o comitê das classes dominantes, mas também como fruto de um contrato; não abandona a antiga posição da natureza de classe, através da dominação e da coerção, bem como é resultado de mecanismos de legitimação que asseguram o consenso dos governados, por intermédio das novas instituições que se escreveram no seio dos modernos aparelhos do Estado (partidos políticos, sufrágio universal). Para Engels, a classe operária só pode chegar à dominação sob a forma de república democrática.

Em Engels o Estado também é produto histórico da sociedade civil. É ao mesmo tempo produto e a manifestação dos antagonismos inconciliáveis de classes, e por isso o Estado emerge pelas necessidades impostas no processo civilizatório, atrelado à divisão do trabalho, com o objetivo de aliviar os conflitos e estabelecer a ordem. No entanto, essa mesma força que nasce da sociedade, afasta-se cada vez mais dessa.

O revolucionário Vladimir Lenin (1870-1924) em sua discussão no livro “O Estado e a revolução”, aprofunda a doutrina de Marx e Engels sobre o Estado, e o papel da ditadura do proletariado; desenvolvendo o que era central ao marxismo em relação a essa discussão. Para ele, o Estado precisava ser conquistado, transformado e destruído.

O Estado, assim como em Marx e Engels, é produto da sociedade e manifestação das contradições do antagonismo inconciliável das classes. É o órgão de submissão de uma classe por outra (assim como pensa Marx). No entanto, aquele se torna uma força superior à sociedade, mesmo sendo proveniente dessa, porém, se afasta cada vez mais.

Defende a ampliação da República Democrática, sendo essa a melhor crosta possível do capitalismo. Sendo esse regime como a melhor forma de governo para os proletariados. No entanto, adverte, “[...] mas andaríamos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática” (Lenin, 2007, p. 37). Corroborando com Engels, ele acreditava na necessidade do Estado e esse desapareceria quando as classes



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

desaparecerem. O Estado, assim, não será abolido, ele morrerá; e para isso só a revolução pode levar a esse resultado.

O autor em discussão buscou, a partir da sua percepção política e histórico-econômica, que se vivenciava na Rússia com a Revolução de Outubro de 1917, entender os elementos para compreensão desse país, o lugar do Estado e a condição para sua superação a partir do projeto societário ligado a classe operária e camponesa. Lenin, ao discutir o momento imperialista que vivia o capitalismo, entendia que contra essa guerra, o imperialismo do capital, apenas a revolução socialista internacional seria capaz de oferecer e mediar condições sociais e políticas para a sua superação, para a transição ao socialismo.

Para Del Roio (2007) é possível observar que a teoria política de Lenin sempre esteve vinculada a transformação do real e a sua prática à criação das condições da transição socialista. Lenin via nos conselhos o embrião do novo Estado operário, sendo aquele que poderia se contrapor ao Estado burguês. A consolidação desse Estado que se encontrava em plena gestação, como caminho de superação da república democrática do capitalismo, devia ser através da ditadura democrática do proletariado e do campesinato, um Estado-comuna. Esse seria uma variante de democracia mais ampla e profunda que a república democrática, pois seus fundamentos econômico-sociais seriam outros, seus objetivos históricos seriam outros, de um alcance que culminaria no comunismo, na emancipação humana.

Nessa transição, Lenin coloca o Estado democrático capitalista como um passo, não como um impedimento à transição para a nova ordem, pois através das conquistas dentro dessa ordem conservadora seria possível a classe operária e camponesa consolidar-se no poder para conquistar o poder. Assim afirmava Lenin, “[...] durante um certo tempo, não só o direito burguês, mas ainda o Estado burguês, sem burguesia, subsistem em um regime comunista” (Lenin, 2007, p. 116). De tal modo que, com controle do operariado, esse novo Estado, sob a democracia fundada no trabalho, ainda existiria reminiscência do capitalismo; no entanto, seria uma passagem para a época da transição socialista.

Lenin retoma a discussão de Marx e Engels para pensar o momento vivenciado nos tempos do imperialismo do capital, a partir do que acontecia na Europa e na Rússia, ele não só reafirma os



XXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

fundamentos ontológicos da discussão marxiana com o amplia frente ao seu momento histórico. No próximo ponto entraremos na discussão do autor italiano Antônio Gramsci para apreender os seus elementos contributivos para essa discussão.

O autor italiano, Antônio Gramsci (1891-1937), discerne as categorias sociedade civil e Estado a partir de um novo contexto, já que viveu numa época histórica diferente, de mais concretização do fenômeno estatal, de intensa socialização política. Contribuiu para aproximar a discussão, na *fase monopolista* do capital, no que diz respeito à concepção sobre sociedade civil e Estado, diante das novas configurações políticas de seu tempo, em meio à ampliação da esfera pública e das organizações de massa (a conquista do sufrágio universal, partidos políticos de massa, sindicatos etc.).

Diante desse amadurecimento teórico da percepção gramsciana, ele não nega a centralidade de Marx, ou seja, continua como fundamento do seu direcionamento dialético-histórico. A sociedade civil é formada por uma rede de organizações que passam a defender seus interesses e projetos societários, configurando novas relações e mediação na estruturação do Estado.

Para Acanda (2006) foi Gramsci que colocou o conceito e a questão da sociedade civil no centro da reflexão teórica marxista e o único a compreender a necessidade de recuperar essa categoria. Colocou o Estado como um espaço de disputas hegemônicas, em que diferentes forças se articulam para alcançar a direção política, pois é na sociedade civil que essas forças estruturam-se, sendo assim um espaço de lutas e de contradições que tem uma importância decisiva nos rumos do Estado, na busca pelo consenso.

O conceito de Estado é colocado como “[...] um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como igrejas, sindicatos, escolas etc.) [...]” (Gramsci, 2011, p. 267). Ele avança no debate dialético e observa que o Estado amplia suas funções e incorpora a esfera da sociedade civil, além de manter a sua função coercitiva – sociedade política. Destarte, não vê o Estado somente a partir do seu conteúdo econômico e social, mas, compreende que este espaço compõe-se de instituições, regras e aparatos que permitem o poder de uma classe. E por ser um espaço no qual há uma mudança nas relações de forças, o elemento coerção vai exaurindo-se e novos elementos da



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

sociedade regulada – ou Estado ético – vão sendo substituídas pela hegemonia e consenso, contribuindo para que a socialização da política seja reabsorvida pela sociedade civil. (Simionatto, 2004).

Em relação à concepção de sociedade civil, dois sentidos são utilizados pelo autor sardo. Primeiro, ao afirmar que ela está associada as formas de exercícios e afirmação da supremacia de uma classe, pela articulação do consenso; segundo, destaca a capacidade de iniciativa econômica. Nessa direção, mantém uma relação de unidade-distinção com a sociedade política. (Bianchi, 2008)

Para Gramsci (2011) na *sociedade regulada*, o Estado se identificará com sociedade civil, e para alcançar essa fase o Estado na sua condição de guarda-noturno deve assegurar os desenvolvimentos de elementos que cheguem ao momento *ético*, reduzindo gradualmente suas intervenções autoritárias e coercitivas, para assim superar e avançar para uma nova etapa e um novo projeto de sociedade, essa regulada e ética. Pois para ele, “Enquanto existir o Estado-classe não pode existir a *sociedade regulada* [...]” (p.271, grifos do autor). Segue afirmando que, “[...] só o grupo social que propõem o fim do Estado e de si mesmo como objetivos a ser alcançados pode criar um Estado ético, tendentes a eliminar as divisões internas de dominados etc., e a criar um organismo social unitário técnico-moral.” (p. 270).

Para Bobbio (2002), Gramsci redireciona o lugar da sociedade civil e a identifica como *superestrutura*, diferentemente do pensamento de Marx, como *estrutura*, ao mesmo tempo em que buscou afirmar que não há entre esses dois autores o mesmo entendimento sobre a concepção e o lugar da sociedade civil.

Quanto a esse redirecionamento exposto por Bobbio e que se tornou tão popular na leitura contemporânea gramsciana, existe uma tentativa analítica em querer colocar esses dois autores em caminho paradoxos nas suas reflexões, ou seja, afastar Gramsci das bases marxianas. Para Alvaro Bianchi (2008), o próprio Gramsci já criticava Benedetto Croce por afirmar que o materialismo histórico teria destacado a estrutura das superestruturas. Assim afirma o autor, conforme a sua leitura em Gramsci: “Em vez de conceber a estrutura como algo imóvel e absoluto, a filosofia da práxis a concebia como a ‘própria realidade em movimento. A acusação de Croce era, portanto, segundo o marxista sardo, ‘vazia e superficial’.” (Bianchi, 2008, p. 133).



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Ainda segundo Bianchi (2008), Gramsci reconhecia o desenvolvimento histórico das mesmas (estrutura e superestrutura) como intimamente conexos e necessariamente recíproco, articulando com a discussão tratada por Marx, em especial no “Prefácio de 1859”, da *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Sendo assim, a atenção dedicada em extenso tratamento por Gramsci à superestrutura não permite reduzir seu pensamento a uma “teoria da superestrutura” conforme procurou o autor Norberto Bobbio.

Gramsci reafirma os fundamentos ontológicos da discussão marxiana, não elimina o núcleo fundante daquilo que Coutinho (1994) considera como teoria “restrita” em Marx. Discussão essa que precisa ser aprofundada, pois, essa leitura “restrita” em Marx analisada por Carlos Nelson Coutinho, limita a construção daquele grande pensador que concretizou um estudo ampliado da consolidação capitalista, de tal forma que mesmo não escrevendo diretamente sobre o Estado e sobre a sociedade, nos permite analisá-los e compreendê-los numa dimensão de totalidade. De tal forma, que limitar um autor a sua visão de estrutura, e ao outro a superestrutura, impede uma análise crítica e dialética¹.

O *Estado Integral ou Estado orgânico*, formado pelas sociedades política e civil, na leitura gramsciana, é identificado nas sociedades capitalistas “ocidentais”² que se ampliam diante da renovação das instituições. Dessa forma, a sociedade civil torna-se uma esfera específica e legítima e passa a ocupar um espaço de mediação entre a base econômica e o Estado, e, por intermédio das lutas de classe, a empenhar-se na “guerra de posição”³ para avançar nas conquistas do Estado. No entanto, observa que essa dinâmica não acontece nas sociedades capitalistas “orientais”, já que não se consolidou a *socialização da política*⁴ nem uma esfera da sociedade civil que possa realizar as lutas dentro do Estado ou contra ele.

Assim, Gramsci contribuiu para desenvolver uma reflexão teórica mais próxima da sua realidade e dos tempos monopolistas do capital em relação ao Estado e à sociedade civil, em especial

¹ Para análise sobre essa questão conferir Bianchi (2008 p.121-199) e Mészáros, (2011, p. 65-104).

² Para Gramsci, nas sociedades orientais a sociedade civil ainda são “primitivas e gelatinosas”, onde o Estado era tudo. Não haviam alcançado o desenvolvimento ocorrido na sociedade civil nas sociedades ocidentais.

³ O autor coloca essa tática enquanto um elemento nessa nova fase, que não é mais permanente, e que se deve estrategicamente ocupar os espaços em busca de uma contra hegemonia e superar a dominante.

⁴ Para Acanda (2006) com as lutas das massas populares, finais do Século XIX emerge a contestação à burguesia, e essa foi obrigada a reestruturar-se, constituindo um novo padrão de hegemonia, principalmente com as ampliações das lutas, dos direitos e da cidadania. E o Estado é obrigado a ouvir e atender os direitos da outra classe.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

da experiência italiana, diante da ampliação objetiva das novas determinações sociais e das fases do capital; contribuindo para entendermos essas novas dinâmicas na sociedade e as novas correlações de forças e lutas de classes dentro das relações produtivas e reprodutivas do modo de produção capitalista.

III. Metodología

O presente trabalho é resultado de um estudo, de base qualitativa, para entender a discussão sobre a concepção de Estado e Sociedade Civil na corrente marxista. O caminho teórico-metodológico adotado para chegar aos resultados do nosso estudo foi a revisão da literatura que tratava sobre a discussão de interesse deste texto, buscando referências bibliográficas tanto das fontes diretas, relativas aos autores em análise, quanto da literatura contemporânea dedicada ao tema.

IV. Análisis y discusión de datos

Tanto Marx como Engels remeteram-se às dimensões históricas que compunham as relações sociais postas na sociedade. Sob a leitura da economia política, buscaram entender o lugar da sociedade e do Estado, frente às mudanças na divisão do trabalho, resultado de um novo modo de produção e de novas relações sociais, que exigiam inovações institucionais, bem como sobre os conflitos de classes que vão se consolidando nesse novo momento civilizatório.

Esses dois autores são basilares para o pensamento crítico da tradição marxista, a partir deles é que as discussões avançaram no que diz respeito às duas categorias em análise. De tal modo que não há dentro dessa corrente teórica um distanciamento, o que se observa em seus seguidores são debates que aprofundam e contextualizam a análise a partir do momento histórico vivenciado, como podemos observar nos dois intelectuais Lenin e Gramsci.

O Estado em Lenin também é produto da sociedade e manifestação das contradições do antagonismo inconciliável das classes. É o órgão de submissão de uma classe por outra (assim como pensa Marx). No entanto, aquele se torna uma força superior à sociedade, mesmo sendo proveniente dessa, porém, se afasta cada vez mais.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Não há dúvida que Gramsci teve a sua originalidade em entender a relação Estado e Sociedade Civil pela vivência e os determinantes históricos que compuseram a sua fase de produção intelectual, por certo suas análises não se afastam da base marxiana, central na sua discussão.

V. Conclusiones

Como foi proposto, esse texto buscou compreender os elementos que perpassam a discussão desses autores sobre as categorias: Estado e Sociedade Civil. Esses autores são bases para o entendimento sobre essas categorias no debate crítico-dialético contemporâneo, e por isso, tornam-se atual, sendo necessário à contínua apreensão dos elementos que compõem essa discussão.

Na tradição marxista, ao longo do século XIX e XX, ao contrapor as ideias já consolidadas no mundo burguês, avançou no entendimento do lugar do Estado e da sociedade civil. Destacam a importância da sociedade civil nas relações sociais de produção e reprodução, e na construção do Estado, não como submisso a ele, ou seja, como produtor e não como produto; que coloca a sociedade civil no momento ativo e positivo do desenvolvimento da história. Ao mesmo tempo em que buscam entender o Estado, no período concorrencial e imperialista do capital, identificando os elementos que determinam as novas relações dentro da sociedade moderna, relacionada à formação econômica e social.

Em Lenin retomam-se as discussões de Marx e Engels para pensar o momento vivenciado nos tempos do imperialismo do capital, não só reafirma os fundamentos ontológicos da discussão marxiana com o amplia frente ao seu momento histórico.

Já Gramsci, a partir de uma época histórica diferente, de mais concretização do fenômeno estatal, de intensa socialização política contribui para aproximar o debate, na fase monopolista do capital, diante das novas configurações políticas de seu tempo, em meio à ampliação da esfera pública e das organizações de massa.

Ao perceber uma relação dialética entre esses espaços esses autores avançam na crítica a concepção alienada da esfera política, que é nada mais que necessário à dominação de uma classe – a burguesa. Destacam-se neles a importância de superação da condição de dominação de uma classe sobre a outra, e do papel da revolução na superação do *status quo*.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A revolução é uma necessidade para alcançar uma nova sociedade, humanamente emancipada. Mas que para isso aconteça é necessário perante as lutas de classe, a ampliação da democracia, para que a classe trabalhadora possa conseguir a sua emancipação política, depois de emancipada politicamente, possa superar este Estado em nome de um novo projeto, de sociedade (comunista), um novo momento ético.

Por fim, esses autores não trazem um modelo pronto, único, para ser implementado em cada momento histórico, mas nos mostram através dos elementos crítico-dialéticos direções a ser seguida pela classe trabalhadora, classe essa que esses teóricos colocam como sujeitos históricos capaz de alcançar uma sociedade onde não haja homem explorando o próprio homem.

VI. Bibliografía

ACANDA J. L. (2006). Sociedade civil e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

BOBBIO, N. (2002) Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil. São Paulo: Paz e Terra.

BIANCHI, A. (2008). O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda.

COUTINHO, C. N. (1994). Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez.

_____. (2011) De Rousseau a Gramsci. São Paulo: Boitempo.

DEL ROIO, M. (2007). Lenine a Transição Socialista. Revista Lutas & Resistências n.3, v.2. Londrina: UEL. Recuperado em Junho de 2015 <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista3a/edicao/lr3-6-delroio.pdf>.

GRAMSCI, A. (2011). O leitor de Gramsci. Carlos Nelson Coutinho (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LENIN, W. (2007). Estado e Revolução. São Paulo: Expressão Popular.

MANDEL, E. (2007). O capitalismo tardio. (Os economistas). São Paulo: Ed. Nova Cultura.

MARX, K. (2009). Para a questão judaica. São Paulo: Expressão Popular.

_____. (2010). Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

_____. (2002). Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, K. ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. Porto Alegre: L&PM Pocker.

_____; ENGELS, F. (2002) Manifesto do Partido Comunista. Porto Alegre: L&PM Pocker.

_____; _____. (2007). A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo.

MÉSZÁROS, (2011) Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo.

SIMIONATTO, I. (2004). Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3ª ed. São Paulo: Cortez / Florianópolis: Editora da UFSC.